

GERÊNCIA DE
EDUCAÇÃO
SANITÁRIA E
AMBIENTAL

GEDUC - IDAF

PLANO DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL

2019 - 2022

Produzido por:

Andressa Lemos Fernandes
Guilhermo Modenese Recla
Ivan Oliveira Lima
Mauricio Trugilho

IDAF

INSTITUTO DE DEFESA
AGROPECUÁRIA E FLORESTAL
DO ESPÍRITO SANTO

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador

JACQUELINE MORAES DA SILVA
Vice-governadora

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

PAULO ROBERTO FOLETTO
Secretário

INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO

MÁRIO STELLA CASSA LOUZADA
Diretor Presidente

FABRÍCIO FARDIN
Diretor Técnico

ANA CÉLIA PEREIRA LOPES
Diretora Administrativa e Financeira

GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL – GEDUC

ANDRESSA LEMOS FERNANDES
Gerente

GUILHERMO MODENESE RECLA
Médico Veterinário

IVAN OLIVEIRA LIMA
Geógrafo

MAURICIO TRUGILHO
Pedagogo

ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PLANO
Gerência de Educação Sanitária e Ambiental - Geduc

GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL

G E D U C

ATO DE CRIAÇÃO:

Lei nº 895/2018, que trata da reorganização administrativa do Idaf.

LEGISLAÇÃO:

1) Inst. Normativa Nº 28 de 15 de maio de 2008.

2) Decreto 5.741 de 30 de março de 2006 – Regulamento SUASA.

CONTATO:

Tel: (27) 3636 3812

geduc@idaf.es.gov.br

www.idaf.es.gov.br



idaf_es



Instituto de Defesa
Agropecuária e
Florestal - Idaf



Idaf ES

Sumário

1 - Apresentação

2 - Justificativa

3 - Objetivos

3.1 - Geral

3.2 - Específicos

4 - Público alvo

5 - Linhas de ação e projetos

5.1 - Linha de ação 1: Educação Sanitária em Instituições de Ensino

5.1.1 - Projeto Idaf na Escola

5.1.2 - Projeto Idaf no Ensino Superior

5.2 - Linha de ação 2: Educação Sanitária para a Sociedade

5.2.1 - Comunicação Social

5.2.2 - Participação em Eventos

5.3 - Linha de ação 3: Processos formativos

5.3.1 - Formação Continuada para servidores

5.3.2 - Formação em Educação Sanitária e Ambiental

6 - Monitoramento e

avaliação das ações e projetos

7 - Referências

3 - Apresentação

O Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf), autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag) vem, ao longo dos anos, estruturando esse campo de atuação na instituição, por reconhecer a importância da Educação Sanitária e Ambiental para a conscientização da sociedade quanto à defesa agropecuária, a promoção da saúde e a preservação ambiental.

Como resultado desse processo, foram realizados cursos de Educação Sanitária e Ambiental para os profissionais do Idaf, produzidos diversos materiais educativos e construído, em 2015, o “Planejamento Estratégico de Educação Sanitária e Ambiental”, que se constitui “ferramenta básica na gestão da educação sanitária e ambiental, descortinando as oportunidades de aproximação do Idaf com a sociedade e apontando formas de superar os desafios e também valorizar os servidores e o produtor rural. Ele é fruto da contribuição dos profissionais do Instituto, distribuídos pelo Espírito Santo.”[1]

O diagnóstico situacional realizado para a composição do Planejamento Estratégico apontou, dentre outras questões, o desejo dos profissionais do Idaf em atuar em diversas instituições de ensino.

[1]Disponível:
<https://idaf.es.gov.br/Media/idaf/Documentos/Planejamento%20estrat%C3%A9gico%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 14/06/2019.

Assim, em 2016, foi lançado o “Projeto Idaf na Escola”, com o objetivo de “propiciar ocasiões que levem os alunos à observação e compreensão de sua realidade, fazendo com que desenvolvam seu senso crítico e valores relativos à defesa agropecuária e ambiental, bem como da saúde coletiva.”

Até 2018, a responsabilidade pela coordenação das ações era da Assessoria de Educação Sanitária e Ambiental (Aesam), vinculada a Diretoria da Presidência. Com a publicação da Lei Complementar nº 895/2018, que trata da estrutura organizacional básica do Idaf, foi constituída a Gerência de Educação Sanitária e Ambiental (Geduc), subordinada à Diretoria Técnica. Com essa adequação a Educação Sanitária e Ambiental do Idaf ganhou um novo “status”, passando a estar em definitivo nos espaços gestores do Instituto.

Em 2019, com a consolidação da Gerência, passou-se a reorganizar e sistematizar os trabalhos em andamento, além de planejar e estruturar novas ações. O resultado é o que apresentamos neste **Plano de Educação Sanitária e Ambiental**.

O plano, construído em consonância com as legislações federais e estaduais relativas à educação ambiental e à educação sanitária, está estruturado em três linhas de atuação que se interconectam: **1 - Educação Sanitária em Instituições de Ensino; 2 - Educação Sanitária para a Sociedade; 3 - Processos Formativos.**

2 - Justificativa

A construção e a implementação deste plano justificam-se pela relevância da educação sanitária e ambiental como atividade estratégica e importante instrumento da defesa agropecuária para a promoção da consciência crítica da sociedade, em prol da melhoria da saúde pública e da qualidade de vida.

Em outras instituições públicas de defesa agropecuária, as ações educacionais são voltadas apenas para o âmbito sanitário; diferentemente do Idaf que, por atuar também na área florestal, adicionou a educação ambiental ao trabalho.

A Educação Sanitária e a Educação Ambiental são campos de atuação consonantes, mas que possuem bases conceituais e legislações específicas. Sendo assim, destacaremos as referências de ambas, que são alicerces desse Plano.

Educação Ambiental

A Educação Ambiental está orientada para a construção de uma sociedade pautada por uma ética baseada na solidariedade planetária, na sustentabilidade ambiental e no direito de todos a conviverem em um ambiente saudável, promovendo mudanças de valores na relação entre a sociedade e a natureza.

No Brasil, a Educação Ambiental surgiu na década de 70, com o movimento ambientalista. No início, as atividades educacionais tinham um caráter mais conservacionista, voltadas para a preservação e recuperação de espécies da fauna e da flora e de ecossistemas. Ao longo dos anos, foi se consolidando como um campo socioambiental, que compreende o "ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade".

O processo de institucionalização da Educação Ambiental no Brasil teve início em 1973, com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente. Desde então, apesar de períodos de avanços e retrocessos, diversas políticas públicas e legislações foram instituídas.

Em 1981, foi promulgada a Política Nacional de Meio Ambiente, que estabeleceu a necessidade de inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, inserindo a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, no inciso VI do artigo 225, a necessidade de "promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente".

Cabe destacar que a Educação Ambiental atua em dois grandes campos da educação: a formal, desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas; e a não-formal, realizada com o público não-escolar e voltada para a sensibilização da sociedade quanto às questões ambientais e a sua participação na defesa do meio ambiente.

No Espírito Santo, a Educação Ambiental também começou a ser desenvolvida por ambientalistas, na época denominados ‘ecologistas’. Somente no final da década de 80, com a criação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, começou a institucionalização da Educação Ambiental no estado.

Em 2009, foi promulgada a Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA/ES)[3], por meio da Lei Estadual nº 9.265. A referida lei segue as mesmas linhas da PNEA quanto à definição e concepção da educação ambiental, além de adotar as mesmas diretrizes quanto aos seus princípios e objetivos. A PEEA/ES define que:

Art. 2º Entende-se por Educação Ambiental os processos permanentes de ação e reflexão individual e coletiva voltados para a construção de valores, saberes, conhecimentos, atitudes e hábitos, visando uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que integra.

[3] Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LO9265.html>. Acesso em: 14/06/2019.

Art. 3º A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação estadual, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter escolar e não-escolar.

Em seu artigo 8º, a PEEA/ES define que, para o implemento da Política Estadual de Educação Ambiental, compete:

(...) VII - às empresas e instituições públicas e privadas, entidades de classe, desenvolver e apoiar programas e projetos voltados à educação ambiental, em parceria com a comunidade, visando à sustentabilidade local, em consonância com o Programa Estadual de Educação Ambiental. (...)

Pela lei, verifica-se que, enquanto instituição pública, cabe também ao Idaf, considerando suas competências e atribuições, promover a educação ambiental no Espírito Santo. Verifica-se, ainda, que as ações planejadas devem estar em consonância com o Programa Estadual de Educação Ambiental.

Sendo assim, e reconhecendo a PEEA/ES como a principal referência legal, para este Plano, cabe destacar os objetivos fundamentais da Educação Ambiental, definidos no art. 7º da Lei Estadual nº 9.265/09, que nortearão todo o trabalho:

- I - desenvolver uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, históricos, científicos, tecnológicos, culturais e éticos;
- II - garantir a democratização, a publicidade, a acessibilidade e a disseminação das informações socioambientais;
- III - estimular e fortalecer a consciência crítica sobre a problemática socioambiental;
- IV - incentivar a participação individual e coletiva permanente e responsável, na conservação e preservação do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V - estimular a cooperação entre as diversas regiões do Estado, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ecologicamente prudente, economicamente viável, culturalmente diversa, politicamente atuante e socialmente justa;
- VI - fomentar e fortalecer a integração da educação com a ciência, a tecnologia e a inovação na perspectiva da sustentabilidade;
- VII - estimular o desenvolvimento e a adoção de tecnologias menos poluentes e impactantes, propondo intervenções, quando necessário;

VIII - fortalecer a cidadania emancipatória dos povos e a solidariedade como fundamentos para a atual e as futuras gerações; (...).

Educação Sanitária

A Educação Sanitária é um importante instrumento de conscientização pública para a promoção da saúde. Os conteúdos tratados nesse campo de conhecimento estão organizados em duas grandes áreas que se interconectam: uma voltada para a saúde humana e a outra para a defesa agropecuária. Sendo essa última, a área de atuação do Idaf.

Para Improta (2012)[4], a Educação Sanitária em defesa agropecuária é um conjunto de métodos e meios educativos que levam à construção, desconstrução e reconstrução de saberes, promovendo mudanças cognitivas, afetivas e psicomotoras, em uma população, frente a um problema sanitário ou ambiental, percebido na área de interesse da saúde agropecuária ou ambiental.

Para tal, a Educação Sanitária não deve se restringir à informação ou comunicação social; deve, sim, ser entendida como um componente essencial da defesa sanitária, que proporciona a integração dos serviços agropecuários com a comunidade de produtores rurais, promovendo

[4] Disponível em: <http://docplayer.com.br/22511246-A-educacao-sanitaria-na-fiscalizacao-agropecuaria-com-enfase-na-defesa-sanitaria-animal.html>. Acesso em: 14/06/2019.

diálogos e troca de saberes, em que é possível opinar, discutir e formar conceitos para que reconheçam a importância da defesa agropecuária, dos serviços prestados pela instituição e de suas responsabilidades individuais.

Para reconhecer que a defesa agropecuária é responsabilidade individual e coletiva, os sujeitos da educação, sejam eles de comunidades rurais ou de áreas urbanas, precisam entender o seu papel, que é o de explicar a si mesmos e explicar a realidade na qual estão inseridos. O resultado desse movimento promove a mudança social, propiciada por meio da educação (FREIRE, 1979)[5].

A abordagem educacional favorece o entendimento dos processos de defesa agropecuária, em ações preventivas de vigilância epidemiológica e sanitárias; na inspeção de produtos de origem animal e vegetal; e durante as fiscalizações na produção e no transporte desses produtos.

Com relação à legislação, a Educação Sanitária em Defesa Agropecuária é mencionada no Decreto Federal nº 5.741/2006, que organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa)[6]. O documento considera a Educação Sanitária como um dos componentes do sistema e define:

[5] FREIRE, P. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

[6] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5741.htm. Acesso em: 18/09/2019.

Art. 39. A educação sanitária é atividade estratégica e instrumento de defesa agropecuária no Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, para garantir o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva agropecuária e da sociedade em geral (...).

§1º (...) entende-se como educação sanitária em defesa agropecuária o processo ativo e contínuo de utilização de meios, métodos e técnicas capazes de educar e desenvolver consciência crítica no público-alvo.

O referido decreto também aponta a responsabilidade do estado, como uma das três instâncias do Suasa, em desenvolver e apoiar ações de educação sanitária, além de dispor de estrutura organizacional para a educação sanitária em defesa agropecuária.

Outra referência legal é a Instrução Normativa (IN) nº 28[1], do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que instituiu o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária, publicada em 15 de maio de 2008. Tal instrumento, define Educação Sanitária como:

[7]Disponível:
<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/cesesp/arquivos/IN282008PROESA.htm.pdf>
Acesso em: 18/09/2019.

(...) o processo de disseminação, construção e apropriação de conhecimentos, por parte dos participantes das diversas etapas das cadeias produtivas associadas às atividades agropecuárias e pela população em geral, relacionados com a saúde animal, sanidade vegetal e qualidade dos produtos, subprodutos e insumos agropecuários. (Parágrafo único; art. 2º).

Além dessa definição, que norteará este Plano, serão consideradas também as diretrizes da IN nº 28 do (art. 7º):

I - estímulo ao desenvolvimento do sentido de responsabilidade individual e coletiva, nos segmentos produtivos e sociais envolvidos, quanto à necessidade e benefícios decorrentes da manutenção de padrões elevados de sanidade, inocuidade e qualidade dos produtos e serviços ligados à agropecuária nacional;

II - promoção da compreensão e aplicação da legislação de defesa agropecuária, por meio de:

a) projetos educativo-sanitários em defesa agropecuária, dirigidos a produzir resultados mensuráveis dentro de um período de tempo determinado e constituídos das etapas de diagnósticos geral e educativo, planejamento, execução, avaliação e retroalimentação; e

b) estímulo à promoção de atividades de educação sanitária em defesa agropecuária por parte da sociedade organizada (...);

III - promoção de cursos de educação sanitária para capacitar os profissionais (...) quanto às técnicas, meios e métodos para se desenvolver atividades de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária junto ao público-alvo;

IV - formação de multiplicadores para atuarem junto ao público-alvo quanto a orientações e procedimentos sanitários básicos relacionados a temas específicos da defesa agropecuária, por meio de:

a) capacitação de professores quanto a noções básicas de temas relacionados à

defesa agropecuária para a sua abordagem com alunos de instituições de ensino fundamental, médio e superior, principalmente em comunidades rurais e cursos técnicos e superiores de áreas afins; e

b) formação de agentes de saúde agropecuária e de multiplicadores, para atuarem como vigilantes sanitários e promotores de ações primárias relacionadas à sanidade agropecuária (...);

V - promoção de intercâmbio de experiências e atualização técnica em educação sanitária, por meio de reuniões técnicas, encontros, seminários e congressos de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária entre instituições, entidades e organismos que tratam do tema; (...)

VII - utilização dos meios de comunicação como instrumento de informação e de educação, em auxílio da prática das atividades educativo-sanitárias e da difusão de informações de caráter educativo sobre defesa agropecuária.

Tais diretrizes permeiam as linhas de ação e os projetos deste Plano de Educação Sanitária e Ambiental, que tem por intuito a qualificação contínua dos servidores do Idaf e o desenvolvimento de processos educacionais para ampliar o nível de consciência da sociedade, a fim de promover a sanidade animal e vegetal, a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária e a qualidade higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários destinados aos consumidores.

3 - Objetivos

3.1 - Geral

Promover educação sanitária e ambiental a fim de ampliar a conscientização pública quanto à proteção do meio ambiente e à defesa agropecuária, para uma mudança de atitudes que proporcione uma relação mais sustentável entre o ser humano e a natureza.

3.2 - Específicos

- Propiciar situações de aprendizagem para que estudantes da Educação Básica e do Ensino Superior adquiram conhecimentos e atitudes para uma participação efetiva na defesa agropecuária.
- Promover cursos de Educação Sanitária e Ambiental e de temas relativos à defesa agropecuária para a qualificação e formação contínua dos servidores.
- Produzir conteúdos para os diversos meios de comunicação (audiovisuais, impressos e digitais) com intuito de informar e orientar os agricultores e profissionais envolvidos em toda a cadeia produtiva quanto às questões relativas à sanidade animal e vegetal, área florestal e regularização fundiária, bem como procedimentos e normativas estabelecidos pelo Idaf.

- Promover diálogos com o público-alvo para que compreenda a corresponsabilidade nas ações de defesa agropecuária e para que não ocorram problemas sanitários decorrentes da negligência ou omissão por um dos elos da cadeia produtiva.
- Participar de eventos agropecuários, dias de campo, atividades acadêmicas e outras correlatas que propiciem o contato direto com o público e promovam a aproximação do órgão com a sociedade.

4 - Público alvo

- Servidores do Idaf;
- Produtores rurais;
- Agricultores familiares;
- Associações e Sindicatos rurais;
- Estudantes da Educação Básica;
- Estudantes do Ensino Superior;
- Professores;
- Profissionais da cadeia produtiva (médico-veterinários, engenheiros agrônomos, zootecnistas, técnicos agrícolas e outros);
- Empresários;
- Consumidores.

5 - Linhas de ação e projetos

Para melhor organização das ações e projetos desenvolvidos no âmbito da Educação Sanitária e Ambiental do Idaf, esse Plano foi estruturado em três Linhas de Ação:

- 1 - Educação Sanitária em Instituições de Ensino;
- 2 - Educação Sanitária para a Sociedade; e
- 3 - Processos Formativos.

Os Projetos, de cada uma das Linhas de Ação desse Plano, encontram-se em diferentes estágios de organização, alguns mais consolidados, outros em fase inicial. A seguir serão apresentadas as sínteses e considerações acerca dos mesmos.

5.1 - Linha de ação 1: Educação Sanitária em Instituições de Ensino



5.1.1 - Idaf na Escola

Este projeto, iniciado em 2016, tem por objetivo "propiciar ocasiões que levem os estudantes à observação e compreensão de sua realidade, contribuindo para o desenvolvimento do senso crítico e de valores relativos à proteção ambiental, defesa agropecuária e saúde coletiva".

Público alvo: Alunos da educação básica, prioritariamente da zona rural.

Constituem-se público-alvo do projeto os estudantes da Educação Básica, especialmente os que vivem no campo e frequentam escolas rurais ou Escolas Famílias Agrícolas. A escola que faz adesão ao projeto define uma turma, preferencialmente de séries finais do Ensino Fundamental ou Médio, para receber as atividades do projeto durante um ano letivo.

Os temas abordados nas atividades estão relacionados ao campo de atuação do Idaf, contemplando a defesa sanitária e inspeção animal e vegetal e a área florestal.



Além de palestras, os estudantes participam de jogos educativos e outros recursos didáticos interativos.



Essas atividades auxiliam na compreensão dos temas e reforçam o assunto abordado, facilitando a aprendizagem.

O projeto é executado por profissionais do Idaf, que planejam, em conjunto com as escolas parceiras, as atividades que serão realizadas no decorrer do ano. Além dos temas pré-definidos, outros assuntos poderão ser trabalhados considerando as peculiaridades locais e a proposta pedagógica da escola.

5.1.2 - Idaf no Ensino Superior



Público alvo: Alunos do curso de Medicina-Veterinária

Este projeto tem por objetivo contribuir para a formação dos novos profissionais do setor agropecuário e ambiental. Com esse intuito, diversas ações educacionais são realizadas por servidores do Idaf em Instituições de Ensino Superior (IES) do Espírito Santo.

Entre as metas estão a ampliação de parcerias com as IES, além da formalização de acordos de cooperação técnica para o desenvolvimento de

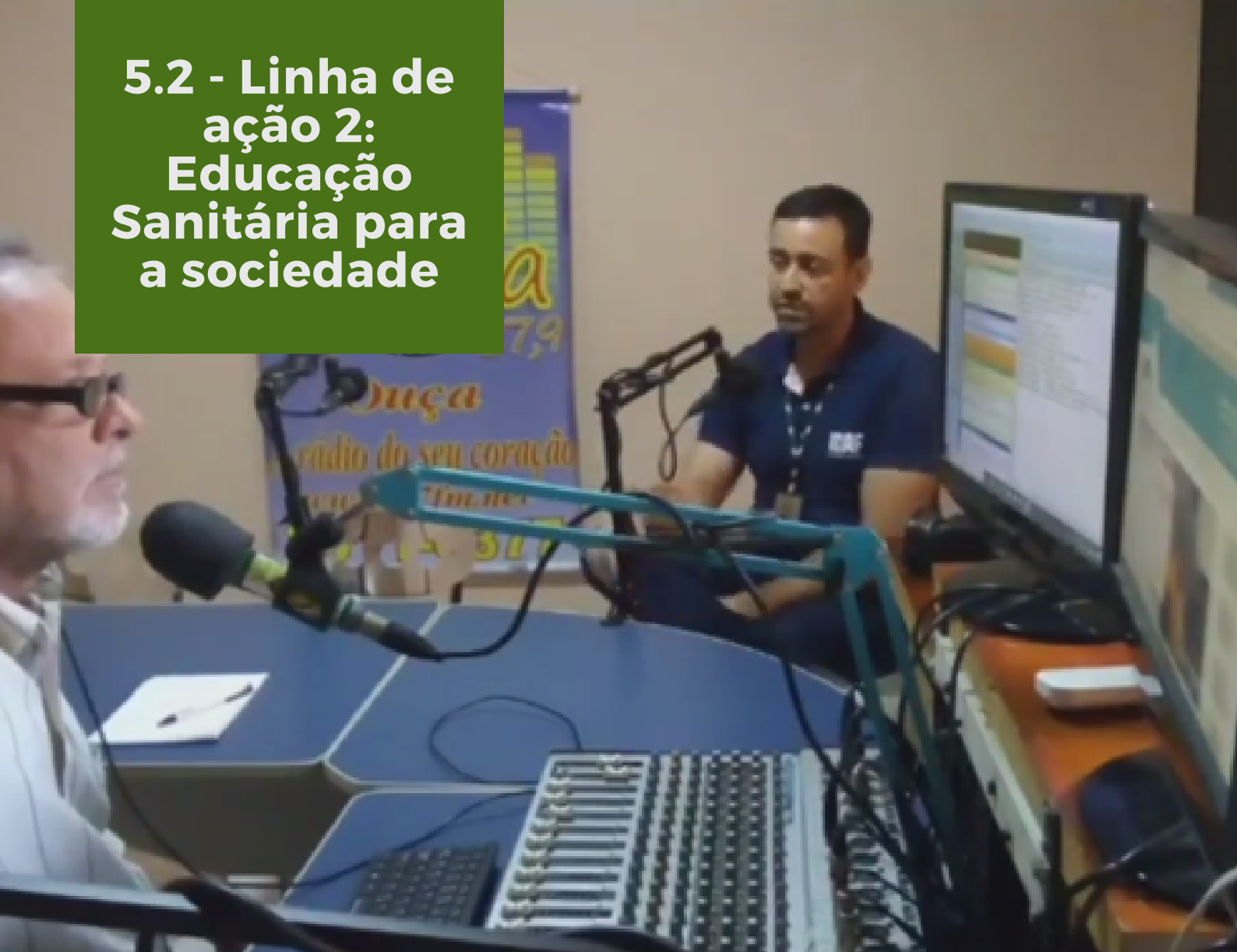
atividades de ensino, pesquisa e extensão em cursos de graduação e pós-graduação de áreas afins à atuação do Idaf.

Os diálogos sobre o Projeto em reuniões com o Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV-ES), a Escola de Ensino Superior de Santa Teresa (Esfa) e com o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) – Campus Itapina, tem contribuído para a sua estruturação.



Com a execução do Projeto, espera-se contribuir com a formação acadêmica de futuros profissionais para que atuem de forma qualificada nas diversas atividades que englobam a defesa agropecuária, seja no setor público ou no privado.

5.2 - Linha de ação 2: Educação Sanitária para a sociedade



5.2.1 - Comunicação Social

As ações de Comunicação Social são coordenadas pela Assessoria de Comunicação (Ascom) do Idaf e têm por objetivo informar e orientar a sociedade, além de promover maior aproximação do Instituto com os diferentes públicos. A Geduc busca atuar em parceria com a Ascom, pois considera a comunicação um importante aliado da educação. Com este Plano, pretende-se ampliar a produção de conteúdo educacionais para inserção nos diferentes meios de comunicação.

Mídias locais



Uma das ferramentas utilizadas pela Ascom é a produção de conteúdo visando à geração de mídia espontânea por meio de entrevistas em rádio e televisão, além dos jornais impressos e dos sites jornalísticos. A definição dos profissionais que atuarão como fonte leva em consideração o conhecimento do servidor sobre o assunto, o local e o formato da entrevista e a complexidade do tema.

Vídeos institucionais

Vídeos institucionais permitem a apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelo órgão e, conseqüentemente, fortalecem a imagem. A Ascom produz vídeos institucionais demonstrando diversas ações realizadas pelos profissionais do Idaf em campo. As produções são utilizadas para divulgação do órgão e para fins educacionais.

Esse trabalho vem sendo aprimorado e ampliado a fim de alcançar maior quantidade e diversidade de público, com a divulgação em redes sociais, como WhatsApp, Facebook, Instagram e Youtube.

Podcast

Conceituada como uma plataforma que disponibiliza conteúdo em áudio sob demanda, o podcast vem crescendo a cada dia como fonte de informação. É um meio de comunicação de ampla abrangência, já que sua divulgação é realizada pela internet.

Essa ação, que está em processo de estruturação, tem como objetivo levar questões da defesa agropecuária a diferentes públicos, em especial, os profissionais autônomos, por meio de conteúdos técnicos e informativos.

Redes Sociais

Conforme o relatório *Digital in 2019*[8], que avalia o crescimento digital anual, a internet no Brasil é utilizada por cerca de 70% da população, ou seja, mais de 149 milhões de pessoas, dos 211 milhões de habitantes, são usuários de internet. O tempo médio de um brasileiro na internet é de 9 horas e 29 minutos, sendo que 3 horas e 34 minutos são gastos nas redes sociais. O Youtube é a mais acessada (95%), seguido pelo Facebook (90%), WhatsApp (89%) e Instagram (71%).

O Idaf está inserido nessas mídias, através do perfil do órgão no Instagram, Facebook e, recentemente, com um canal no Youtube. O gerenciamento dos conteúdos fica sob responsabilidade da Ascom.

Esses canais de comunicação são facilitadores de conexões sociais, auxiliando no relacionamento com uma ampla variedade de público.

[9] <https://www.pagbrasil.com/pt-br/insights/relatorio-digital-in-2019-brasil/>

Materiais informativos impressos

O Idaf produz uma série de materiais informativos impressos, como folders, panfletos, cartazes e cartilhas sobre sanidade animal e vegetal, inspeção de produtos de origem animal, agrotóxicos, normas e procedimentos do órgão, entre outros. Esses materiais são distribuídos ao público conforme a ação executada e estão disponíveis no site do Idaf, no endereço eletrônico:

<https://idaf.es.gov.br/materiais-informativos>.

5.2.2 - Participação em eventos

Público alvo: Produtores rurais, empresários, estudantes universitários, profissionais autônomos, lideranças políticas e sociedade em geral.



Embora o Idaf tenha participado de diversos eventos agropecuários em anos anteriores, a partir de 2019 imprime-se um caráter mais educativo e interativo na apresentação dos conteúdos, favorecendo o entendimento dos participantes sobre os diferentes trabalhos realizados pela instituição.

A participação do Idaf em eventos pode ser organizada pela própria gerência que recebeu o convite, podendo contar com o apoio da Geduc, se necessário.

Para os eventos de grande porte, na qual o convite é direcionado a diretoria, a Geduc poderá ser acionada para planejar como será a atuação da Instituição. Nesses casos, as gerências regionais e locais do território onde acontecerá o evento serão consultadas para a definição dos temas a serem abordados. Posteriormente, será construído o projeto conceitual para o estande e as atividades a serem ofertadas ao público, serão adquiridos e/ou produzidos materiais para compor o estande e definidos os profissionais que trabalharão no evento.

Exposições rurais

O propósito em participar desses eventos é levar o público visitante a conhecer e valorizar o trabalho realizado pelo Idaf, apresentando-o como uma instituição que está presente no cotidiano das pessoas, que contribui para a saúde pública e do meio ambiente e para o desenvolvimento econômico do Espírito Santo.

O propósito em participar desses eventos é levar o público visitante a conhecer e valorizar o trabalho realizado pelo Idaf, apresentando-o como uma instituição que está presente no cotidiano das pessoas, que contribui para a saúde pública e do meio ambiente e para o desenvolvimento econômico do Espírito Santo.

Exposições Rurais.



Os estandes do Idaf utilizam uma linguagem educativa com o público presente.

Destacando, na rotina do cidadão, o trabalho desenvolvido pelo instituto, com uma abordagem interativa.

Semanas acadêmicas.

Estandes e palestras



As instituições de Ensino Superior do Estado do Espírito Santo desenvolvem, anualmente, semanas acadêmicas voltadas para diversas áreas do ensino dos cursos de graduação. Objetivando maior comunicação com os futuros profissionais, o Idaf, por meio de seus servidores, busca participar desses eventos, levando informações e conhecimento conforme o objetivo do evento e a realidade local.

5.3 - Linha de ação 3: Processos Formativos



5.3.1 - Formação continuada para servidores

As instituições de Ensino Superior do Estado do Espírito Santo desenvolvem, anualmente, semanas acadêmicas voltadas para diversas áreas do ensino dos cursos de graduação. Objetivando maior comunicação com os futuros profissionais, o Idaf, por meio de seus servidores, busca participar desses eventos, levando informações e conhecimento conforme o objetivo do evento e a realidade local.

Todos os anos são realizados diferentes cursos, organizados pelas gerências técnicas do Idaf, nas áreas de maior necessidade de atualização e qualificação dos servidores. Com os cursos busca-se, também, a padronização das ações de defesa agropecuária e florestal em todo o território do Espírito Santo.

Considerando sua atribuição educacional, a Geduc propõe-se a oferecer apoio pedagógico aos cursos organizados pelas gerências técnicas, além de ministrar conteúdos de Educação Sanitária e Ambiental, sempre que houver pertinência.



Treinamento para atualização no PNRCH realizado em 2017 com os médicos veterinários e técnicos agrícolas dos Regionais de Colatina e Nova Venécia. (Na ocasião os treinamentos foram realizados regionalizados).

5.3.2 - Formação em Educação Sanitária e Ambiental



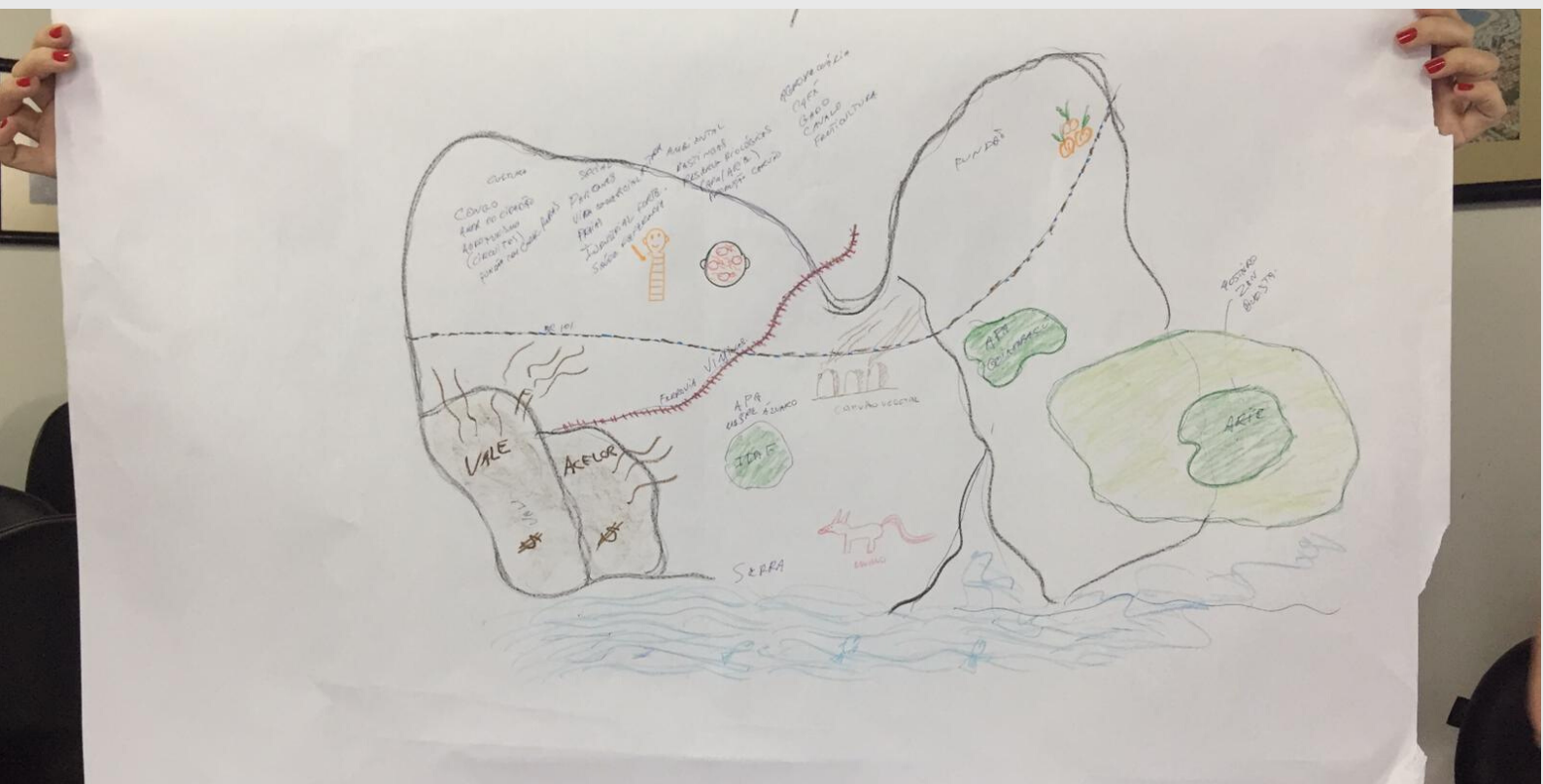
O objetivo dessa ação é ampliar os conhecimentos, as habilidades e as competências dos servidores do Idaf no que tange à Educação Sanitária e Ambiental, por meio de encontros formativos que aprimorem os saberes e fazeres desses profissionais em seu campo de atuação.

Em 2012, foi realizado um Curso de Educação Sanitária e Ambiental, com carga horária de 120 horas, com o professor Clóvis Improta, para os servidores do Idaf que se inscreveram por adesão. Alguns desses profissionais não se encontram mais no quadro da instituição e muitos outros, que atualmente realizam o trabalho, não participaram da formação.

Público alvo: Servidores públicos do Idaf que possuem identificação com a área da educação sanitária e ambiental.

Em 2019, com a estruturação da Gerência de Educação Sanitária e Ambiental, foram realizados dois encontros formativos com os profissionais que atuam com Educação Sanitária e Ambiental e, no primeiro semestre de 2020, será realizado um novo curso sobre a temática.

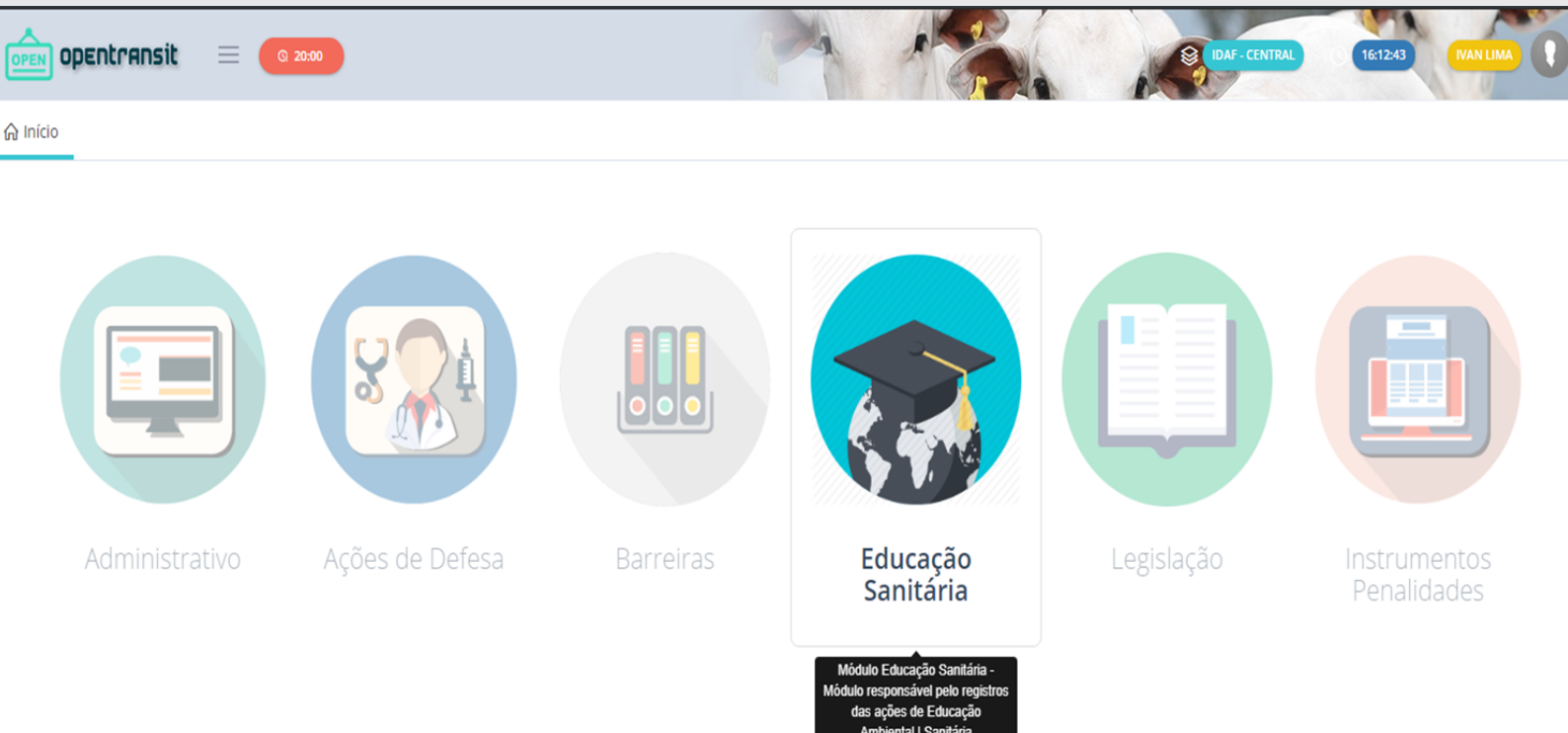
Com a estruturação deste projeto, pretende-se promover a formação continuada dos profissionais, com a oferta de cursos anualmente, a fim de ampliar os conhecimentos sobre o tema e, por conseguinte, gerar maior eficiência e eficácia às ações de Educação Sanitária e Ambiental desenvolvidas.



6 - Monitoramento e avaliação das ações e projetos

Este plano será coordenado pela Gerência de Educação Sanitária e Ambiental (Geduc) e executado tanto pela equipe Geduc quanto pelos profissionais (médicos-veterinários, engenheiros-agrônomo, engenheiros-florestais, tecnólogos e técnicos em desenvolvimento agropecuário) lotados nas gerências regionais e locais, distribuídos por todo o território do Estado do Espírito Santo.

O monitoramento das ações e projetos será realizado pela plataforma digital do Idaf, específica para registro de atividades, entre as quais as de Educação Sanitária e Ambiental, que é o **E-Idaf**.



Por meio dos registros no ***E-Idaf*** é possível identificar as atividades realizadas, o público alvo, o número de participantes, os temas abordados e os meios de comunicação utilizados.

Essa ferramenta é essencial para o planejamento, monitoramento e avaliação do Plano, pois o registro das atividades permite dar visibilidade ao que está sendo realizado, além de identificar as fragilidades e as potencialidades do processo.

7 - Referências

BRASIL. **Decreto 5.741**. Brasília, DF. 2006. Acesso em: 18 de setembro de 2019.

Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5741.htm.

BRASIL. **Lei 9795 - Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília, DF. 1999. Acesso em: 14 de junho de 2019.

Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm.

ESPÍRITO SANTO. **Lei 9265 - Política Estadual de Educação Ambiental**. Estado do Espírito Santo. 2009. Acesso em: 14 de junho de 2019.

Disponível:

<http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LO9265.html>

FREIRE, P. (1979). **EDUCAÇÃO E MUDANÇA**. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA.

IDAF. (2015). **Planejamento Estratégico da Educação Sanitária e Ambiental**. 2015. Acesso em 18 de Setembro de 2019,

Disponível:

<https://idaf.es.gov.br/Media/idaf/Documentos/Planejamento%20estrat%C3%A9gico%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>

IMPROTA, C. T. (2012). **A EDUCAÇÃO SANITÁRIA NA FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA, COM ÊNFASE NA DEFESA SANITÁRIA ANIMAL**. FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA. Acesso em 14 de Junho de 2019,

Disponível:

<http://docplayer.com.br/22511246-A-educacao-sanitaria-na-fiscalizacao-agropecuaria-com-enfase-na-defesa-sanitaria-animal.html>.

LOPES, B. (23 de Fevereiro de 2019). **PAG BRASIL**.

Acesso em 18 de Setembro de 2019,

Disponível:

<https://www.pagbrasil.com/pt-br/insights/relatorio-digital-in-2019-brasil/>

MAPA. (23 de 07 de 2019). **IN 028**. Brasília, DF.

Acesso em 18 de setembro de 2019,

Disponível: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/boas-praticas-e-bem-estar-animal/selo-arte/arquivos/instrucao-normativa-no-28-de-23-de-julho-de-2019/view>